

**CONCURSO PÚBLICO PARA
TÉCNICO-ADMINISTRATIVO****Edital nº 212/2016**

Nível Código

E 122Cargo: **TÉCNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS****CADERNO DE QUESTÕES****Instruções ao candidato – parte integrante do Edital – subitem 18.2**

1. O candidato deverá receber o **Caderno de Questões**, o **Cartão de Respostas** e a **Folha de Redação**.
2. Confira se recebeu o **Caderno de Questões** referente ao cargo ao qual está concorrendo. Verifique se constam deste **Caderno**, de forma legível, 65 (sessenta e cinco) questões objetivas e a proposta de **Redação**, caso contrário notifique imediatamente ao fiscal. Será eliminado do Concurso o candidato que realizar prova para um cargo diferente do qual concorre.
3. Verifique se seus dados conferem com os que aparecem no **Cartão de Respostas** e na **Folha de Redação**, caso contrário notifique imediatamente ao fiscal. Leia atentamente as instruções para o preenchimento de ambos.
4. Cada questão objetiva proposta apresenta 5 (cinco) opções de respostas, sendo apenas uma correta.
5. No **Cartão de Respostas**, para cada questão, assinale apenas uma opção, pois atribuir-se-á nota zero a toda questão com mais de uma opção assinalada, ainda que dentre elas se encontre a correta.
6. Sob pena de eliminação do Concurso, na **Folha de Redação**, não faça qualquer registro que possa identificá-lo. Da mesma forma não é permitido fazer uso de instrumentos auxiliares para cálculos e desenhos, ou portar qualquer dispositivo eletrônico, inclusive telefone celular, que sirva de consulta ou de comunicação.
7. O tempo para realização da Prova Objetiva e da Redação é de no mínimo **uma hora e trinta minutos** e no máximo **quatro horas e trinta minutos**. Os candidatos poderão levar o **Caderno de Questões**, faltando, no máximo, uma hora para o término da prova.
8. Durante a realização da prova será feita a coleta da impressão digital. Colabore com o fiscal.
9. Para preencher o **Cartão de Respostas** e a **Folha de Redação**, use apenas caneta esferográfica de corpo transparente e de ponta média com tinta azul ou preta.
10. Ao término da prova, entregue ao fiscal o **Caderno de Questões**, a **Folha de Redação** e o **Cartão de Respostas** assinado. A não entrega do **Cartão de Respostas** e da **Folha de Redação**, implicará na eliminação do Concurso. O candidato só poderá levar o **Caderno de Questões** na última hora que antecede o horário do término da prova.
11. O Gabarito Preliminar será divulgado no dia 9 de abril de 2017, a partir das 14 horas no endereço eletrônico do Concurso.
12. A imagem do **Cartão de Respostas**, contendo a assinatura, impressão digital e respostas assinaladas pelo candidato será divulgada no dia 26 de abril de 2017, a partir das 14 horas no endereço eletrônico do Concurso.

Após o aviso para o início da prova, o candidato deverá permanecer no local de realização da mesma por, no mínimo, noventa minutos.

Parte I: Língua Portuguesa

Texto

A IMAGEM NO ESPELHO

Aos 20 anos escreveu suas memórias. Daí por diante é que começou a viver. Justificava-se:

– Se eu deixar para escrever minhas memórias quando tiver 70 anos, vou esquecer muita coisa e mentir demais. Redigindo-as logo de saída, serão mais fiéis e terão a graça das coisas verdes.

O que viveu depois disto não foi propriamente o que constava do livro, embora ele se esforçasse por viver o contado, não recuando nem diante de coisas desabonadoras. Mas os fatos nem sempre correspondiam ao texto e, para ser franco, direi que muitas vezes o contradiziam.

Querendo ser honesto, pensou em retificar as memórias à proporção que a vida as contrariava. Mas isto seria falsificação do que honestamente pretendia (ou imaginara) devesse ser a sua vida. Ele não tinha fantasiado coisa alguma. Pusera no papel o que lhe parecia próprio de acontecer. Se não tinha acontecido, era certamente traição da vida, não dele.

Em paz com a consciência, ignorou a versão do real, oposta ao real prefigurado. Seu livro foi adotado nos colégios, e todos reconheceram que aquele era o único livro de memórias totalmente verdadeiro. Os espelhos não mentem.

(ANDRADE, C. D. de. *Contos plausíveis*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1981, p. 23.)

01 “Aos 20 anos escreveu suas memórias. Daí por diante é que começou a viver. Justificava-se:

– Se eu deixar para escrever minhas memórias quando tiver 70 anos, vou esquecer muita coisa e mentir demais. Redigindo-as logo de saída, serão mais fiéis e terão a graça das coisas verdes”.

A construção dos parágrafos acima configura uma estrutura predominantemente:

- (A) descritiva, com predomínio de fatos.
- (B) enumerativa, com apenas um narrador.
- (C) narrativa, com a presença de dois narradores.
- (D) comparativa, com predomínio do passado.
- (E) dissertativa, com explicitação de acontecimentos.

02 O pronome sublinhado estabelece a coesão textual, retomando uma ideia anteriormente expressa, em:

- (A) “Ele não tinha fantasiado coisa alguma”.
- (B) “Pusera no papel o que lhe parecia próprio de acontecer”.

- (C) “Se não tinha acontecido, era certamente traição da vida, não dele”.
- (D) “Mas isto seria falsificação do que honestamente pretendia (ou imaginara) devesse ser a sua vida”.
- (E) “Seu livro foi adotado nos colégios, e todos reconheceram que aquele era o único livro de memórias totalmente verdadeiro”.

03 “– Se eu deixar para escrever minhas memórias quando tiver 70 anos, vou esquecer muita coisa e mentir demais.”

O conectivo sublinhado no período composto acima estabelece uma relação de:

- (A) condição.
- (B) causalidade.
- (C) companhia.
- (D) consequência.
- (E) finalidade.

04 A locução verbal sublinhada exprime um processo em sua fase inicial em:

- (A) “Se eu deixar para escrever minhas memórias quando tiver 70 anos, vou esquecer muita coisa e mentir demais”.
- (B) “Aos 20 anos escreveu suas memórias. Daí por diante é que começou a viver”.
- (C) “O que viveu depois disto não foi propriamente o que constava do livro, embora ele se esforçasse por viver o contado”.
- (D) “Querendo ser honesto, pensou em retificar as memórias à proporção que a vida as contrariava”.
- (E) “Mas isto seria falsificação do que honestamente pretendia (ou imaginara) devesse ser a sua vida”.

05 “Seu livro foi adotado nos colégios, e todos reconheceram que aquele era o único livro de memórias totalmente verdadeiro.”

Os adjetivos único e verdadeiro empregados no contexto indicam que:

- (A) os nossos ideais nem sempre correspondem ao que consta do livro.
- (B) os nossos ideais nem sempre são importantes na juventude.
- (C) as memórias deixam de ser importantes com o passar do tempo.
- (D) as memórias seriam falsificação do ímpeto da juventude.
- (E) as memórias, no livro, se referem a um real prefigurado na juventude.

06 A progressão do texto se dá por meio de uma expressão de sentido concessivo em:

- (A) “Querendo ser honesto, pensou em retificar as memórias à proporção que a vida as contrariava”.
- (B) “– Se eu deixar para escrever minhas memórias quando tiver 70 anos, vou esquecer muita coisa e mentir demais”.
- (C) “O que viveu depois disto não foi propriamente o que constava do livro, embora ele se esforçasse por viver o contado, não recuando nem diante de coisas desabonadoras”.
- (D) “Ele não tinha fantasiado coisa alguma. Pusera no papel o que lhe parecia próprio de acontecer”.
- (E) “Seu livro foi adotado nos colégios, e todos reconheceram que aquele era o único livro de memórias totalmente verdadeiro”.

07 O procedimento predominantemente usado no texto para estabelecer a progressão das ideias no desenvolvimento do tema é:

- (A) contraste.
- (B) descrição.
- (C) comparação.
- (D) argumentação.
- (E) exemplificação.

08 No trecho “Ele não tinha fantasiado coisa alguma”, a locução verbal sublinhada está no pretérito mais-que-perfeito do modo indicativo. O verbo sublinhado encontra-se nesse mesmo tempo e modo no fragmento:

- (A) “Os espelhos não mentem”.
- (B) “Aos vinte anos, escreveu suas memórias”.
- (C) “Em paz com a consciência, ignorou a versão do real”.
- (D) “e todos reconheceram que aquele era o único livro de memórias”.
- (E) “Mas isto seria falsificação do que honestamente pretendera”.

09 Em “Pusera no papel o que lhe parecia próprio de acontecer”, sem alterar o sentido do trecho, o pronome “lhe” poderia ser substituído por:

- (A) a ele.
- (B) ao destino.
- (C) ao papel.
- (D) à vida.
- (E) à falsidade.

10 O fragmento sublinhado em “Redigindo-as logo de saída, serão mais fiéis e terão a graça das coisas verdes” é uma metáfora que, em linguagem denotativa, poderia ser substituída por:

- (A) das novidades.
- (B) da adolescência.
- (C) das ondas do mar.
- (D) das frutas não maduras.
- (E) do seu próprio espelho.

11 É possível reproduzir a frase “Ele não tinha fantasiado coisa alguma”, sem perda de sentido, de todas as maneiras a seguir, EXCETO em:

- (A) Coisa alguma fantasiado ele tinha.
- (B) Fantasiado coisa alguma ele tinha.
- (C) Alguma coisa ele não tinha fantasiado.
- (D) Não tinha ele fantasiado coisa alguma.
- (E) Coisa alguma tinha ele fantasiado.

12 O trecho que apresenta uma ideia de tempo é:

- (A) “Seu livro foi adotado nos colégios”.
- (B) “Daí por diante é que começou a viver”.
- (C) “Em paz com a consciência, ignorou a versão do real”.
- (D) “Se não tinha acontecido, era certamente traição da vida, não dele”.
- (E) “Mas isto seria falsificação do que honestamente pretendera”.

13 No trecho “Mas os fatos nem sempre correspondiam ao texto e, para ser franco, direi que muitas vezes o contradiziam”, a conjunção adversativa sublinhada pode ser substituída, mantendo-se a ideia de oposição, por:

- (A) então.
- (B) portanto.
- (C) entretanto.
- (D) desse modo.
- (E) assim sendo.

14 A expressão “à proporção que”, que denota proporcionalidade, sem alteração do sentido pode ser substituída por:

- (A) pelo que.
- (B) à medida que.
- (C) toda vez que.
- (D) por conta de que.
- (E) tendo em vista que.

15 A primeira palavra do trecho “Se eu deixar para escrever minhas memórias quando tiver 70 anos, vou esquecer muita coisa e mentir demais” traz a ideia de:

- (A) desejo.
- (B) fantasia.
- (C) certeza.
- (D) hipótese.
- (E) expectativa.

Parte II: Noções Básicas de Administração Pública

16 O planejamento é um instrumento de gestão que deve ser implantado:

- (A) somente por entidades públicas.
- (B) apenas por entidades de economia mista.
- (C) por todas as entidades que visam aumentar a eficiência, a eficácia e o controle, para a tomada de decisões por parte dos gestores institucionais.
- (D) apenas nas entidades que possuam o controle de seus custos e gerenciamento de riscos.
- (E) somente pelas entidades de economia mista.

17 A legislação que “estabelece as metas e prioridades para o exercício financeiro seguinte; orienta a elaboração do Orçamento; dispõe sobre alteração na legislação tributária; e estabelece a política de aplicação das agências financeiras de fomento” denomina-se Lei de:

- (A) Diretrizes Orçamentárias (LDO).
- (B) Responsabilidade Fiscal (LRF).
- (C) Licitações (LL).
- (D) Finanças Federal (LFF).
- (E) Direito Financeiro (LDF).

18 Com a promulgação da Constituição Federal (CF) em outubro de 1988, o planejamento governamental foi alterado profundamente. Assim, as políticas públicas do governo para um período de quatro anos e os caminhos para viabilizar as metas previstas passam a ser estabelecidos por meio de um instrumento denominado Plano:

- (A) Estratégico (PE).
- (B) de Desenvolvimento Institucional (PDI).
- (C) de Aceleração do Crescimento (PAC).
- (D) de Trabalho (PT).
- (E) Plurianual (PPA).

19 O princípio do Orçamento Público que estabelece a obrigatoriedade da previsão de todas as receitas e fixação de todas as despesas é denominado:

- (A) totalidade.
- (B) universalidade.
- (C) anuidade.
- (D) unidade.
- (E) orçamento bruto.

20 O principal instrumento para registro, acompanhamento e controle da execução orçamentária, financeira e patrimonial, na esfera federal de governo, é o Sistema:

- (A) de Execução e Monitoramento dos Gastos Públicos (SEMGP).
- (B) de Gestão (SIGET).
- (C) Integrado de Custos (SIC).
- (D) Integrado de Administração Financeira (SIAFI).
- (E) Público de Escrituração Digital (SPED).

21 De acordo com a Lei nº 8.666/93, as modalidades de licitação são:

- (A) concorrência, tomada de preços, convite, concurso e leilão.
- (B) competição, importação, carta e pesquisa.
- (C) convocação, proposta, intimação e certame.
- (D) contratação, doação, compra indireta e evento.
- (E) anúncio, edital, empreitada e cadastro.

22 A despesa no serviço público deve ser precedida de:

- (A) pagamento.
- (B) liquidação.
- (C) empenho.
- (D) crédito suplementar
- (E) recurso financeiro.

23 Avalie se cada afirmativa a seguir é verdadeira (V) ou falsa (F).

- I** O Brasil já dispunha, até meados dos anos de 1960, de uma experiência de planejamento relativamente variada, experiência que, no entanto, não pode ser aproveitada em toda sua plenitude para promover o desenvolvimento nacional. Isso porque havia ausência de coordenação, descontinuidade e ineficiência operacional dos planos de desenvolvimento.
- II** O Plano Plurianual de Investimentos estabelece de forma regionalizada as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.
- III** Com o advento da promulgação da Constituição Federal (CF) em outubro de 1988, o planejamento governamental foi alterado profundamente. Foi instituído o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) como principal instrumento de planejamento de médio prazo do governo brasileiro.

As afirmativas I, II e III são, respectivamente:

- (A) V, V e V.
- (B) F, F e F.
- (C) F, V e F.
- (D) V, V e F.
- (E) F, F e V.

24 O planejamento é uma condição básica para o sucesso de qualquer trabalho que procure a melhoria da qualidade. Sendo assim, o planejamento pode ser definido como um:

- (A) instrumento que estabelece as metas e prioridades para o exercício financeiro subsequente.
- (B) conjunto de ações que se realiza de modo contínuo e permanente.
- (C) documento aprovado por lei, onde estão fixadas todas as despesas previstas e todas as receitas.
- (D) instrumento de programação cujos produtos contribuem para materialização dos objetivos do programa.
- (E) preparação e controle do futuro a partir do presente por meio da reflexão sistemática sobre a realidade a enfrentar e os objetivos a atingir.

25 O orçamento público se caracteriza pela multiplicidade de aspectos: político, jurídico, contábil, econômico, financeiro, administrativo, etc. O seu conceito tem sido alterado ao longo do tempo, em decorrência das modificações de sua função, além de sua forma de elaboração, e tem relação com o regime de governo. Atualmente, o Brasil adota o orçamento do tipo:

- (A) executivo.
- (B) misto.
- (C) legislativo.
- (D) padronizado.
- (E) institucional.

26 Dentro da Estrutura Programática, que demonstra para que a despesa pública está sendo realizada, tem-se um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, com vista a alcançar o objetivo determinado pelo programa, dos quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo. Esse conjunto de operações é denominado:

- (A) projeto.
- (B) atividade.
- (C) gastos.
- (D) custos.
- (E) despesa.

27 A Classificação Institucional, dentro da Classificação Orçamentária, serve para:

- (A) identificar quem é o responsável pela despesa e pela receita.
- (B) melhorar o desempenho gerencial da administração pública.
- (C) explicitar a distribuição regional das metas e gastos do Governo Federal.
- (D) proporcionar a alocação de recursos nos orçamentos anuais de modo compatível com os objetivos e diretrizes.
- (E) dar maior transparência à aplicação de recursos públicos e aos resultados obtidos.

28 A modalidade de licitação para aquisição de bens e serviços comuns, onde a disputa pelo fornecimento se dá através de sessão pública, presencial ou eletrônica, por meio de propostas e lances, para a classificação e habilitação do licitante que ofertou o menor preço, é:

- (A) concorrência.
- (B) convite.
- (C) concurso.
- (D) tomada de preços.
- (E) pregão.

29 De acordo com o art. 58, da Lei nº 4.320/64, “o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição” é a definição de:

- (A) despesa.
- (B) custo.
- (C) liquidação.
- (D) empenho.
- (E) dotação.

30 As receitas públicas provenientes de tributos, de contribuições, da exploração do patrimônio estatal (patrimonial) e da exploração de atividades econômicas (agropecuária, industrial e de serviços), são classificadas como:

- (A) de capital.
- (B) financeiras.
- (C) correntes.
- (D) orçamentárias.
- (E) de bens e direitos.

Parte III: Conhecimentos Específicos

31 O ENADE é realizado todos os anos, aplicando-se trienalmente a cada curso, de modo a abranger com a maior amplitude possível as formações objeto das Diretrizes Curriculares Nacionais, da legislação de regulamentação do exercício profissional e do Catálogo de Cursos Superiores de Tecnologia – CST. Ressalvando-se que a relação de cursos que compõem o calendário anual de provas do ENADE, com base nas áreas constantes do § 1º, poderá ser complementada ou alterada, nos termos do art. 6º, V, da Lei nº 10.861, de 2004, por decisão da CONAES, de acordo com critérios, entre outros, da abrangência da oferta e da quantidade de alunos matriculados, o calendário, segundo a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, para as áreas observa as seguintes referências:

- (A) ANO I - graduação nas áreas de ciências exatas e CST nas áreas de ambiente e Saúde, Produção Alimentícia, Recursos Naturais, Militar e Segurança; ANO II- graduação nas áreas de saúde, ciências agrárias e áreas afins, licenciaturas e áreas afins e CST nas áreas de Controle e Processos Industriais, Informação e Comunicação, Infraestrutura, Produção Industrial; ANO III- graduação nas áreas de ciências sociais aplicadas, ciências humanas e áreas afins e CST nas áreas de Gestão e Negócios, Apoio Escolar, Hospitalidade e Lazer, Produção Cultural e Design.
- (B) ANO I - graduação nas áreas de saúde, ciências agrárias e áreas afins e CST nas áreas de ambiente e Saúde, Produção Alimentícia, Recursos Naturais, Militar e Segurança; ANO II- graduação nas áreas de ciências exatas, licenciaturas e áreas afins e CST nas áreas de Controle e Processos Industriais, Informação e

Comunicação, Infraestrutura, Produção Industrial; ANO III- graduação nas áreas de ciências sociais aplicadas, ciências humanas e áreas afins e CST nas áreas de Gestão e Negócios, Apoio Escolar, Hospitalidade e Lazer, Produção Cultural e Design.

- (C) ANO I - graduação nas áreas de saúde, ciências agrárias e áreas afins e CST nas áreas de ambiente e Saúde, Produção Alimentícia, Recursos Naturais, Militar e Segurança; ANO II- graduação nas áreas de ciências sociais aplicadas, licenciaturas e áreas afins e CST nas áreas de Controle e Processos Industriais, Informação e Comunicação, Infraestrutura, Produção Industrial; ANO III- graduação nas áreas de ciências exatas, ciências humanas e áreas afins e CST nas áreas de Gestão e Negócios, Apoio Escolar, Hospitalidade e Lazer, Produção Cultural e Design.
- (D) ANO I - graduação nas áreas de saúde, ciências agrárias e áreas afins e CST nas áreas de ambiente e Saúde, Produção Alimentícia, Recursos Naturais, Militar e Segurança; ANO II- graduação nas áreas de ciências exatas, licenciaturas e áreas afins e CST nas áreas de Gestão e Negócios, nas áreas de Controle e Processos Industriais, Informação e Comunicação, Infraestrutura, Produção Industrial; ANO III- graduação nas áreas de ciências sociais aplicadas, ciências humanas e áreas afins e CST, Apoio Escolar, Hospitalidade e Lazer, Produção Cultural e Design.
- (E) ANO I - graduação nas áreas de saúde, ciências agrárias e áreas afins e CST nas áreas de ambiente e Saúde, Produção Alimentícia, Hospitalidade e Lazer, Militar e Segurança; ANO II- graduação nas áreas de ciências exatas, licenciaturas e áreas afins e CST nas áreas de Controle e Processos Industriais, Informação e Comunicação, Infraestrutura, Produção Industrial; ANO III- graduação nas áreas de ciências sociais aplicadas, ciências humanas e áreas afins e CST nas áreas de Gestão e Negócios, Apoio Escolar, Recursos Naturais, Produção Cultural e Design.

32 O estudante cujo curso não participe do ENADE, em virtude da ausência de Diretrizes Curriculares Nacionais ou motivo análogo, terá no histórico escolar a menção:

- (A) “estudante dispensado de realização do ENADE, em razão do calendário trienal”.
- (B) “estudante dispensado de realização do ENADE, em razão da natureza do curso”.
- (C) “estudante dispensado de realização do ENADE, por razão de ordem pessoal”.
- (D) “estudante não participante do ENADE, por ato da instituição de ensino”.
- (E) “estudante não participante do ENADE, por ato do INEP”.

33 A inscrição dos estudantes habilitados a participar do ENADE é responsabilidade do dirigente da instituição de educação superior. Além dos ingressantes, devem ser inscritos na condição de concluintes todos os estudantes que tenham expectativa de conclusão do curso no ano de realização do ENADE, além daqueles que tenham completado, da carga horária do curso, mais de:

- (A) 50% (cinquenta por cento).
- (B) 60% (sessenta por cento).
- (C) 70% (setenta por cento).
- (D) 80% (oitenta por cento).
- (E) 90% (noventa por cento).

34 Os cursos com Conceito Preliminar de Curso (CPC) insatisfatório e as instituições com Índice Geral de Cursos (IGC) insatisfatório em qualquer dos anos do ciclo deverão requerer renovação de reconhecimento ou recredenciamento, respectivamente, no prazo de até 30 (trinta) dias da publicação do indicador, na forma do art. 34. Além do comprovante de recolhimento da taxa de avaliação *in loco*, ressalvadas as hipóteses legais de isenção, devem apresentar plano de melhorias acadêmicas, contendo justificativa sobre eventuais deficiências que tenham dado causa ao indicador insatisfatório, bem como medidas capazes de produzir melhora efetiva do curso ou instituição, aprovado pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) da instituição. O prazo para a apresentação do plano de melhorias NÃO deve ser superior a:

- (A) trinta dias.
- (B) três meses.
- (C) seis meses.
- (D) um ano.
- (E) dois anos.

35 O ato de credenciamento para EAD considerará como abrangência geográfica para atuação da instituição de ensino superior na modalidade de educação à distância, para fim de realização das atividades presenciais obrigatórias:

- (A) a sede da instituição.
- (B) os polos de apoio presencial.
- (C) a sede da instituição acrescida dos polos de apoio presencial.
- (D) o polo de apoio presencial em pelo menos um dos campi da instituição.
- (E) a sede da instituição acrescida dos polos de apoio presencial em pelo menos um dos campi da instituição.

36 Entre os conceitos de referência para as bases de dados do Ministério da Educação sobre educação superior, Extensão é definido como programa de formação da educação superior, voltado a estreitar a relação entre universidade e sociedade, aberto a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos

pelas instituições de ensino, que confere certificado aos estudantes concluintes. São considerados parte da Extensão:

- (A) cursos voltados a disseminar ao público externo o conhecimento desenvolvido e sistematizado nos âmbitos do ensino e da pesquisa e, reciprocamente, compreender as demandas da comunidade relacionadas às competências acadêmicas da instituição de educação superior.
- (B) programas, projetos e cursos voltados a disseminar ao público externo o conhecimento desenvolvido e sistematizado nos âmbitos do ensino e da pesquisa e, reciprocamente, compreender as demandas da comunidade relacionadas às competências acadêmicas da instituição de educação superior.
- (C) projetos voltados a disseminar ao público externo o conhecimento desenvolvido e sistematizado nos âmbitos do ensino e da pesquisa e, reciprocamente, compreender as demandas da comunidade relacionadas às competências acadêmicas da instituição de educação superior.
- (D) programas, projetos e cursos voltados a disseminar ao público externo o conhecimento desenvolvido e sistematizado nos âmbitos do ensino e, reciprocamente, compreender as demandas da comunidade relacionadas às competências acadêmicas da instituição de educação superior.
- (E) programas, projetos e cursos voltados a disseminar ao público externo o conhecimento desenvolvido e sistematizado nos âmbitos da pesquisa e, reciprocamente, compreender as demandas da comunidade relacionadas às competências acadêmicas da instituição de educação superior.

37 Conforme aponta Santos ao tratar o tema da Universidade do século XXI, a pesquisa ação:

- I tanto quanto a ecologia de saberes são áreas de legitimação da universidade que transcendem a extensão.
- II consiste na definição e execução participativa de projetos de pesquisa, envolvendo as comunidades e organizações sociais populares com problemas cuja solução pode beneficiar os resultados da pesquisa.
- III não é de modo algum específica das ciências sociais e não tem sido, em geral, uma prioridade para a universidade.

Está(ão) correta(s):

- (A) somente I.
- (B) somente I e II.
- (C) I, II e III.
- (D) somente II.
- (E) somente III.

38 Segundo Santos, na área “acesso à universidade”, a maior frustração na década de 2000 foi a de que o objetivo de democratização do acesso na maioria dos países não foi conseguido. Os fatores de discriminação, sejam eles a classe, a raça, o sexo ou a etnia, continuaram para fazer do acesso uma mistura de mérito e privilégio. Isto posto, em vez de democratização, houve massificação e uma forte segmentação do ensino superior com práticas de autêntico *dumping* social de diplomas e diplomados. Sendo assim, propõe ideias mestras para pautar a área de acesso. São elas:

- (A) incentivos para parcerias ativas, no domínio pedagógico e científico, com as escolas públicas; reestruturação do ENEM; programas de ação afirmativa (cotas e outras medidas) para acesso e acompanhamento.
- (B) incentivos para parcerias ativas, no domínio pedagógico e científico, com as escolas públicas; gratuidade na universidade pública com bolsas de manutenção aos estudantes das classes trabalhadoras; reestruturação do ENEM.
- (C) incentivos para parcerias ativas, no domínio pedagógico e científico, com as escolas públicas; gratuidade na universidade pública com bolsas de manutenção aos estudantes das classes trabalhadoras; programas de ação afirmativa (cotas e outras medidas) para acesso e acompanhamento.
- (D) reestruturação do ENEM; extinção da gratuidade na universidade pública, exceto para oriundos da classe trabalhadora; programas de ação afirmativa (cotas e outras medidas) para acesso e acompanhamento.
- (E) incentivos para parcerias ativas, no domínio pedagógico e científico, com as escolas públicas; extinção da gratuidade na universidade pública, exceto para oriundos da classe trabalhadora; programas de ação afirmativa (cotas e outras medidas) para acesso e acompanhamento.

39 A classificação dos modelos de Instituições de Ensino Superior que denomina Universidades, Universidades Especializadas, Centros Universitários, Faculdades Integradas, Faculdades Isoladas e Centros de Educação Tecnológica é vigente:

- (A) no Brasil.
- (B) em Portugal.
- (C) nos países do Mercosul.
- (D) no Brasil e nos países africanos que mantêm relações com o Brasil.
- (E) em Portugal e nos países africanos que mantêm relações com o Portugal.

40 A área de extensão, segundo Santos, terá num futuro próximo um significado muito especial. No momento em que o capitalismo global pretende funcionalizar a universidade e, de fato, transformá-la numa vasta agência de extensão ao seu serviço, a reforma da universidade deve conferir uma nova centralidade às atividades de extensão (com implicações no currículo e nas carreiras docentes) e concebê-las de modo alternativo ao capitalismo global, atribuindo às universidades uma participação ativa na coesão da construção social; aprofundando a democracia; priorizando a luta contra a exclusão social e degradação ambiental, e também:

- (A) garantindo os direitos humanos.
- (B) atingindo os resultados nas atividades rentáveis.
- (C) promovendo a autonomia dos diversos ministérios.
- (D) incluindo a flexibilização trabalhista na reestruturação das carreiras docentes.
- (E) na defesa da diversidade cultural.

41 Com base na análise da tabela abaixo, a opção que registra corretamente o conceito ENADE faixa de cada um dos cursos é:

Cursos	Conceito ENADE (contínuo)
Relações Internacionais	4,41
Direito	1,95
Ciências Econômicas	2,17
Publicidade	1,89
Administração	0,90

- (A) Administração (1) – Publicidade (3) – Direito (3) – Ciências Econômicas (3) – Relações Internacionais (5).
- (B) Administração (1) – Publicidade (2) – Direito (3) – Ciências Econômicas (4) – Relações Internacionais (5).
- (C) Administração (1) – Publicidade (2) – Direito (3) – Ciências Econômicas (3) – Relações Internacionais (5).
- (D) Administração (1) – Publicidade (3) – Direito (3) – Ciências Econômicas (4) – Relações Internacionais (4).
- (E) Administração (1) – Publicidade (2) – Direito (3) – Ciências Econômicas (4) – Relações Internacionais (4).

42 Em 2014, foram avaliados pelo Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior - SINAES, além dos cursos de Arquitetura e Urbanismo, Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Tecnologia em Automação Industrial, Tecnologia em Gestão da Produção Industrial, Tecnologia em Redes de Computadores, Matemática, Letras e Física, também os seguintes cursos:

- (A) Química, Ciências Biológicas, Pedagogia, História, Psicologia, Geografia, Filosofia, Educação Física, Ciências da Computação, Sistemas de Informação, Música, Ciências Sociais e Engenharias.
- (B) Química, Ciências Biológicas, Pedagogia, Psicologia, Artes Visuais, Geografia, Filosofia, Educação Física, Ciências da Computação, Sistemas de Informação, Música, Ciências Sociais e Engenharias.
- (C) Química, Ciências Biológicas, Pedagogia, História, Artes Visuais, Geografia, Filosofia, Educação Física, Ciências da Computação, Sistemas de Informação, Música, Ciências Sociais e Engenharias.
- (D) Química, Psicologia, Pedagogia, História, Artes Visuais, Geografia, Filosofia, Educação Física, Ciências da Computação, Sistemas de Informação, Música, Ciências Sociais e Engenharias.
- (E) Psicologia, Ciências Biológicas, Pedagogia, História, Artes Visuais, Geografia, Filosofia, Educação Física, Ciências da Computação, Sistemas de Informação, Música, Ciências Sociais e Engenharias.

43 Considerando que, de acordo com a tabela abaixo, o curso na IES **B** apresentou melhores resultados no ENADE, comparado com o curso na IES **A**, do mesmo município.

CURSO	ENADE	Organização Didático-Pedagógica	Infraestrutura	Ampliação da Formação	IDD	Mestres	Doutores	Regime de Trabalho	CPC Continuo
A	1,98	1,65	2,20	2,30	1,64	4,00	3,88	5,00	2,60
B	2,04	3,70	3,85	2,95	1,38	4,74	0,82	1,58	2,00

Os indicadores que impactaram no resultado do CPC contínuo do curso na IES **B** foram:

- (A) titulação e regime de trabalho docente – infraestrutura.
- (B) ampliação de formação – Organização Didático-Pedagógica.
- (C) IDD – titulação e regime de trabalho docente.
- (D) Organização Didático-Pedagógica – IDD.
- (E) ampliação de formação – IDD.

44 Na composição do CPC, para fins de cálculo de resultados, a nota indicadora de Diferença entre o Desempenho Observado e o Esperado - IDD responde, no cômputo final do conceito do CPC, por:

- (A) 7,5%
- (B) 15%
- (C) 20%
- (D) 35%
- (E) 45%

45 Na composição do CPC, para fins de cálculo de resultados, a nota INSUMOS responde, no cômputo final do conceito do CPC, por:

- (A) 7,5%
- (B) 15%
- (C) 20%
- (D) 35%
- (E) 45%

46 Sobre o modelo atual do IGC, analise o quadro abaixo.

Quadro 2: Resultado dos pesos das matrículas dos programas de mestrado e doutorado até 2014 de acordo com a nota Capes

Mestrado		Doutorado	
Nota Capes	Matrícula Inep	Nota Capes	Matrícula Inep
3	1	3	1
4	2	4	2
5	3	5	3
6	3	6	4
7	3	7	5

Sobre este quadro é correto afirmar:

- (A) as matrículas dos programas de pós-graduação recebem um peso maior de acordo com a nota do programa e recebem bolsas da Capes.
- (B) as matrículas dos programas de pós-graduação recebem um peso maior de acordo com a nota do programa e também recebem bolsas do CNPq.
- (C) as matrículas dos programas de pós-graduação recebem um peso maior de acordo com a nota do programa desde que tenham apresentado programas de extensão.
- (D) as matrículas dos programas de pós-graduação recebem um peso maior de acordo com a nota do programa.
- (E) as matrículas dos programas de pós-graduação com nota igual ou maior que 5 recebem um peso maior desde que estejam sendo ofertados cursos tanto de mestrado quanto de doutorado.

47 A Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, define que as IES que apresentarem resultados considerados insatisfatórios nesta avaliação ensejarão a celebração de protocolo de compromisso, a ser firmado entre a instituição de educação superior e o Ministério da Educação, que deverá conter:

- I** o diagnóstico objetivo das condições da instituição.
- II** os encaminhamentos, processos e ações a serem adotados pela instituição de educação superior com vistas à superação das dificuldades detectadas.
- III** a indicação de prazos e metas para o cumprimento de ações, expressamente definidas, e a caracterização das respectivas responsabilidades dos dirigentes.
- IV** a homologação, por parte da instituição de educação superior, de assembleia decisória com participantes do corpo docente, da sociedade civil, de representantes de alunos dos diretórios acadêmicos e de autoridade eclesiástica, no caso das IES confessionais.

Estão corretas:

- (A) somente I, II e III.
- (B) I, II, III e IV.
- (C) somente II, III e IV.
- (D) somente II e III.
- (E) somente III e IV.

As questões de **48** a **55** se referem à Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007.

48 Considere as afirmativas sobre a citada portaria:

- I** institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação.
- II** registra o Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos Superiores.
- III** consolida disposições sobre indicadores de qualidade, banco de avaliadores (Basis) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE).

Está(ão) correta(s):

- (A) somente I.
- (B) somente I e II.
- (C) I, II e III.
- (D) somente II.
- (E) somente III.

49 Quanto à análise documental relativa aos processos de credenciamento de instituição e autorização de curso, a referida portaria define que, caso os documentos sejam omissos ou insuficientes à apreciação conclusiva, o órgão competente poderá determinar:

- (A) a suspensão da autorização pelo período de seis meses, contados a partir da data do ofício enviado a IES com manifestação da apreciação.
- (B) a suspensão da autorização pelo período de doze meses, contados a partir da data do ofício enviado à IES com manifestação da apreciação.
- (C) o início de diligência, por comissão de especialistas, na IES infratora, no prazo máximo de trinta dias, e suspensão do processo de autorização até a homologação do parecer técnico dessa comissão.
- (D) o início de diligência, por comissão de especialistas, na IES infratora, no prazo máximo de sessenta dias, e suspensão do processo de autorização até a homologação do parecer técnico desta comissão.
- (E) a realização de diligência, a qual se prestará unicamente a esclarecer ou sanar o aspecto apontado.

50 A autorização de cursos poderá ser indeferida:

- (A) independentemente de visita de avaliação *in loco*, na hipótese de CI ou IGC inferiores a 3 (três).
- (B) na hipótese de CPC inferiores a 3 (três) em mais de 10% dos cursos da IES.
- (C) se, no ENADE, a nota de componente específico for menor que a de formação geral em mais de 90% dos cursos avaliados no mesmo ciclo.
- (D) se o conceito IDD dos cursos avaliados for inferior à média dos mesmos cursos nas demais IES do Município.
- (E) caso a IES tenha 10% dos cursos com Protocolo de Compromisso.

51 As Comissões de Avaliação *in loco* de instituições serão compostas por _____ avaliadores e as de curso por _____ avaliadores, sorteados pelo sistema e-MEC dentre os 7 integrantes do Banco de Avaliadores do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES (Basis), observados os arts. 17-A a 17-H(NR).

As palavras que completam corretamente as lacunas do texto acima são, respectivamente:

- (A) cinco – três.
- (B) quatro – dois.
- (C) cinco – quatro.
- (D) três – dois.
- (E) dois – dois.

52 Excluídos os dias de deslocamento, as avaliações *in loco* durarão, em regra, 2 (dois) dias, para subsidiar atos de:

- (A) autorização, reconhecimento de curso e credenciamento de polo de apoio presencial para EAD.
- (B) autorização e reconhecimento de curso.
- (C) credenciamento de polo de apoio presencial para EAD.
- (D) renovação de reconhecimento de curso.
- (E) autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de curso.

53 Além do formulário eletrônico de avaliação; dos relatórios parciais e finais do processo de auto avaliação da instituição; dos relatórios de avaliação dos cursos da instituição disponíveis; das informações sobre protocolos de compromisso e termos de saneamento de deficiências e seus relatórios de acompanhamento, bem como sobre os planos de melhorias referidos no art. 35-C, I, quando for o caso; dos dados de avaliação dos programas de pós-graduação da instituição pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), quando houver, também deverão estar disponíveis para análise pela Comissão de Avaliação previamente à realização da visita outros documentos que permitam considerar a instituição ou curso no conjunto, tais como:

- (A) informações sobre o credenciamento e o último credenciamento da instituição, considerando especialmente o seu PDI; indicadores de qualidade da instituição de seus cursos e do desempenho de seus estudantes no ENADE; os dados do questionário socioeconômico preenchido pelos estudantes, disponíveis no momento da avaliação; certidão negativa emitida pela Polícia Federal.
- (B) certidão negativa emitida pela Polícia Federal; indicadores de qualidade da instituição de seus cursos e do desempenho de seus estudantes no ENADE; os dados do questionário socioeconômico preenchido pelos estudantes, disponíveis no momento da avaliação; os dados atualizados do Censo da Educação Superior e do Cadastro.
- (C) informações sobre o credenciamento e o último credenciamento da instituição, considerando especialmente o seu PDI; indicadores de qualidade da instituição de seus cursos e do desempenho de seus estudantes no ENADE; os dados do questionário socioeconômico preenchido pelos estudantes, disponíveis no momento da avaliação; os dados atualizados do Censo da Educação Superior e do Cadastro.

- (D) informações sobre o credenciamento e o último credenciamento da instituição, considerando especialmente o seu PDI; certidão negativa emitida pela Polícia Federal; os dados do questionário socioeconômico preenchido pelos estudantes, disponíveis no momento da avaliação; comprovantes de titulação do corpo docente informado.
- (E) informações sobre o credenciamento e o último credenciamento da instituição, considerando especialmente o seu PDI; indicadores de qualidade da instituição de seus cursos e do desempenho de seus estudantes no ENADE; os dados do questionário socioeconômico preenchido pelos estudantes, disponíveis no momento da avaliação; comprovantes de titulação do corpo docente informado.

54 Os pedidos de autorização de cursos de Direito, segundo a Portaria mencionada, deverão ser instruídos com elementos específicos de avaliação, que possam subsidiar a decisão administrativa em relação aos seguintes aspectos:

- I a demonstração da relevância social, com base na demanda social, e sua relação com a ampliação do acesso à educação superior, observados parâmetros de qualidade.
- II indicação da existência de um núcleo docente estruturante, responsável pela formulação do projeto pedagógico do curso, sua implementação e desenvolvimento, composto por professores.
- III comprovação da disponibilidade de defensorias públicas no quantitativo ponderado pela base de alunos de cada campus da IES.

Está(ão) correta(s):

- (A) somente I.
- (B) somente I e II.
- (C) I, II e III.
- (D) somente II.
- (E) somente III.

55 As avaliações do ciclo avaliativo são orientadas por indicadores de qualidade e geram conceitos de avaliação de instituições e cursos superiores, expedidos periodicamente pelo INEP, em cumprimento à Lei nº 10.861, de 2004. Esses indicadores de qualidade são calculados pelo INEP, com base nos resultados do ENADE e demais insumos constantes das bases de dados do MEC, segundo metodologia própria, aprovada pela CONAES, que implica:

- (A) o Conceito Preliminar de Curso (CPC); o Conceito de Cursos Avaliados da Instituição na visita *in loco* (CC); e o desempenho de estudantes no ENADE.
- (B) o Conceito de Cursos Avaliados da Instituição na visita *in loco* (CC); o Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC); e o desempenho de estudantes no ENADE.
- (C) o Conceito Preliminar de Curso (CPC); o Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC); e o desempenho de estudantes no ENEM.
- (D) o Conceito de Cursos Avaliados da Instituição na visita *in loco* (CC); o Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC); e o desempenho de estudantes no ENEM.
- (E) o Conceito Preliminar de Curso (CPC); o Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC); e o desempenho de estudantes no ENADE.

56 De acordo com Nota Técnica Daes/Inep nº 35/2016, de 27 de maio de 2016, o cálculo do IGC é feito a partir da média ponderada da Instituição de Educação Superior (IES), com base:

- (A) nas notas contínuas de Conceitos Preliminares de Curso (CPC) dos cursos de graduação; de programas de pós-graduação *stricto sensu* (Capes); dos conceitos dos programas de extensão; e das notas brutas do componente específico do ENADE.
- (B) nas notas contínuas de Conceitos Preliminares de Curso (CPC) dos cursos de graduação; de programas de pós-graduação *stricto sensu* (Capes); e das notas brutas do componente específico do ENADE.
- (C) nas notas contínuas de Conceitos Preliminares de Curso (CPC) dos cursos de graduação e dos cursos de especialização *lato sensu*; de programas de pós-graduação *stricto sensu* (Capes); e das notas brutas do componente específico do ENADE.
- (D) nas notas brutas de Conceitos Preliminares de Curso (CPC) dos cursos de graduação e dos cursos de especialização *lato sensu*; de programas de pós-graduação *stricto sensu* (Capes); e das notas brutas do componente específico do ENADE.
- (E) nas notas contínuas de Conceitos Preliminares de Curso (CPC) dos cursos de graduação; de programas de pós-graduação *stricto sensu*,

especificamente de mestrado (Capes); e das notas brutas do componente específico do ENADE.

57 O estudo de viabilidade técnica para mudança na metodologia de cálculo do Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC) descreveu alguns problemas no modelo de cálculo. O primeiro problema apresentado se refere:

- (A) à tentativa de compatibilização entre as escalas da Capes e do Inep.
- (B) à integração entre a nota bruta do IDD e a nota bruta da infraestrutura.
- (C) ao conhecimento da sintaxe para o critério do indicador titulação do corpo docente.
- (D) ao conhecimento da sintaxe para o critério do indicador regime de trabalho do corpo docente.
- (E) à ponderação da nota dos ingressantes no ENEM em relação à nota de infraestrutura.

58 Além de aferir os conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares do respectivo curso de graduação, o ENADE avaliará o desempenho dos estudantes em relação às suas habilidades e suas competências para compreender temas:

- (A) exteriores ao âmbito específico de sua profissão, ligados à realidade brasileira e mundial e aos outros curso avaliados no mesmo ano.
- (B) relacionados à política partidária vigente no ciclo em questão, ligados à realidade brasileira e mundial e a outras áreas do conhecimento.
- (C) relacionados à política partidária vigente no ciclo em questão, ligados à realidade do MERCOSUL e a outras áreas do conhecimento.
- (D) exteriores ao âmbito específico de sua profissão, ligados à realidade brasileira e mundial e a outras áreas do conhecimento.
- (E) exteriores ao âmbito específico de sua profissão, ligados à realidade do MERCOSUL e aos outros cursos avaliados no mesmo ano.

59 De acordo com o Decreto nº 6.425, de 4 de abril de 2008, que dispõe sobre o censo anual da educação, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP realizará o censo escolar da educação básica e o censo da educação superior:

- (A) semestralmente em todos os cursos.
- (B) semestralmente por grupo de cursos de forma alternada na graduação (bacharelado) e no CST.
- (C) anualmente em todos os cursos.
- (D) anualmente por grupo de cursos de forma alternada na graduação (bacharelado) e no CST.
- (E) trienalmente a cada grupo de cursos do ciclo.

60 O Decreto nº 6.425, de 4 de abril de 2008, que dispõe sobre o censo anual da educação define que o censo escolar da educação básica será realizado em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, em caráter declaratório e mediante coleta de dados descentralizada, englobando todos os estabelecimentos públicos e privados de educação básica e adotando como unidades de informação:

- (A) alunos, turmas, escolas e secretarias de educação.
- (B) alunos, professores, escolas e técnicos da educação.
- (C) alunos, turmas, escolas e profissionais da educação.
- (D) secretarias de educação, técnicos da educação, turmas e escolas.
- (E) professores, turmas, escolas e profissionais da educação.

61 Conforme a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, além de garantir a melhoria da qualidade da educação superior, o SINAES tem por finalidades:

- (A) a orientação da expansão da oferta da educação superior; o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social; e, especialmente, o controle do monopólio por grupos de IES.
- (B) o controle do monopólio por grupos de IES; o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social; e, especialmente, o gerenciamento do programa Mais Médico em parceria com o governo de Cuba.
- (C) a orientação da expansão da oferta da educação superior; o controle do monopólio por grupos de IES; e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior.
- (D) a orientação da expansão da oferta da educação superior; o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social; e, especialmente, o gerenciamento do programa Mais Médicos em parceria com o governo de Cuba.
- (E) a orientação da expansão da oferta da educação superior; o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social; e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior.

62 O SINAES, ao promover a avaliação de instituições, de cursos e de desempenho dos estudantes, deverá assegurar:

- I avaliação institucional, interna e externa, contemplando a análise global e integrada das dimensões, estruturas, relações, compromisso social, atividades, finalidades e responsabilidades sociais das instituições de educação superior e de seus cursos.
- II o caráter público de todos os procedimentos, dados e resultados dos processos avaliativos.
- III o respeito à identidade e à diversidade de instituições e de cursos.
- IV a participação do corpo discente, docente e técnico-administrativo das instituições de educação superior, e da sociedade civil, por meio de suas representações.

Estão corretas:

- (A) somente I e II.
- (B) I, II, III e IV.
- (C) somente II e III.
- (D) somente I, II e III.
- (E) somente III e IV.

63 Os resultados da avaliação de instituições, de cursos e de desempenho dos estudantes constituirão referencial básico dos processos de regulação e supervisão da educação superior, neles compreendidos o credenciamento e a:

- (A) renovação de credenciamento de instituições de educação superior, a autorização, o reconhecimento e a outorga de manutenção.
- (B) outorga de manutenção de instituições de educação superior, a autorização, o reconhecimento e a permissão de abertura de polos para EAD e implantação de programas de extensão.
- (C) renovação de credenciamento de instituições de educação superior, a autorização, o reconhecimento e a permissão de abertura de polos para EAD e implantação de programas de extensão.
- (D) renovação de credenciamento de instituições de educação superior, a autorização, o reconhecimento e a renovação de reconhecimento de cursos de graduação.
- (E) renovação de credenciamento de instituições de educação superior, a autorização, o reconhecimento e a renovação de reconhecimento de cursos de graduação e, especialmente, a permissão de abertura de polos para EAD e implantação de programas de extensão.

64 Além da missão e do plano de desenvolvimento institucional; da política para o ensino, da pesquisa, da pós-graduação, da extensão; da comunicação com a sociedade; da responsabilidade social da IES; das políticas de pessoal; e, da organização e gestão da instituição, o SINAES considera outras dimensões institucionais de forma obrigatória. São elas:

- (A) indicadores de produção docente; planejamento e avaliação; políticas de atendimento aos estudantes; e sustentabilidade socioambiental.
- (B) indicadores de produção docente; planejamento e avaliação; sustentabilidade socioambiental; e sustentabilidade financeira.
- (C) infraestrutura física; sustentabilidade socioambiental; políticas de atendimento aos estudantes; e sustentabilidade financeira.
- (D) infraestrutura física; indicadores de produção docente; políticas de atendimento aos estudantes; e sustentabilidade financeira.
- (E) infraestrutura física; planejamento e avaliação; políticas de atendimento aos estudantes; e sustentabilidade financeira.

65 A avaliação das instituições de educação superior resultará na aplicação de conceitos, ordenados em uma escala em níveis de 1 (um) a:

- (A) 3.
- (B) 5.
- (C) 7.
- (D) 9.
- (E) 10.

Parte IV: Redação

INSTRUÇÕES

AO DESENVOLVER O SEU TEXTO É INDISPENSÁVEL:

- inter-relacionar ideias e argumentos;
- expressar-se com vocabulário apropriado e em modalidade padrão da língua portuguesa escrita;
- escrever com letra legível;
- produzir um texto em prosa com, no mínimo, 20 e, no máximo, 25 linhas.

A – Leia o texto a seguir como material de reflexão para seu próprio texto.

VIVER SEM SONHOS?

Os que temos à noite reacendem o passado. São vivos, têm volume, fazem sentido. Dizem os especialistas que não sonhar à noite pode matar. Os homens sonham. Os cachorros e gatos sonham. Sonhar é uma estratégia noturna de sobrevivência. Mas, parece, de dia as coisas mudam. Nas sociedades pós-modernas os sonhos atrapalham a vida. Tiram o foco do que é prático e eficaz, dos resultados, do que rende consumo. Sempre se pode, é claro, sonhar com uma mulher, ou um homem. Com um carro novo. Ou com a roupa da moda. Ou o último iPhone. E com trocar o homem, ou a mulher, o carro, a roupa e o iPhone, tudo descartável, por versões mais da hora. Mas aí (digo agora eu) não se trata de sonho, mas de desejo. Os desejos são poderosas coisas, movem mundos e montanhas. Mas perigosas quando são os únicos atores em cena.

Márcio Tavares D'Amaral. *O Globo*, 23/05/2015.

B – A partir da leitura do texto, desenvolva o seguinte tema:

“Os desejos são poderosas coisas, movem mundos e montanhas. Mas perigosas quando são os únicos atores em cena.”

5

10

15

20

25

RASCUNHO